



Audiência Pública - Cota de Gênero, Violência Política de Gênero e Canais de Denúncia - Arcoverde/PE

[Cerimonial]: Senhoras e senhores, boa noite. Daremos início a Audiência Pública sobre o tema cota de gênero, violência política de gênero, e canais de denúncias. Pedimos a todas as pessoas presentes que ocupem os seus lugares, e solicitamos a gentileza de manterem seus celulares no modo silencioso. Compõem a mesa de honra suas excelências as senhoras e os senhores: Presidente do TRE de Pernambuco, desembargador Adalberto de Oliveira Melo. Desembargador eleitoral e ouvidor regional eleitoral, doutor Carlos Gil Rodrigues filho.

desembargadora eleitoral e diretora da escola judiciária eleitoral, doutora Virgínia Gondim Dantas.

desembargador eleitoral doutor André Caúla.

prefeito da cidade de Arcoverde José Wellington cordeiro Maciel.

ouvidora do Ministério Público de Pernambuco, doutora Lizandra Lira de Carvalho.

juiz eleitoral da 57ª zona eleitoral de Arcoverde, doutor Cláudio Márcio Pereira de Lima. Presidente da OAB subseção Arcoverde doutora Marcela Freire de Macedo. E o diretor presidente da AESA, Alexandre Ferreira Paes de Lira.

registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades, suas excelências, as senhoras e os senhores... eleitoral.

doutor Michel Campelo. Promotor eleitoral de Arcoverde. Maria Sueli leite Cavalcante. Coordenadora do núcleo d jurídicas representando o coordeno do Curso de Direito da AESA.

representando o poder legislativo.

inicialmente... daremos as boas-vindas, e avisos importantes, para os quais pedimos a atenção de todas e todos. Para registro de presença contamos com a equipe de credenciamento na... entrada do auditório, além de QR Code, leitura pelo celular. O acesso aos relatórios que embasaram os dados, a inscrição para a exposição oral, para as pessoas que não fizeram, lembrando que os pedidos serão analisados pelo ouvidor... mediante o tempo disponível. E, por fim, um QR Code para envio de elogios, sugestões, ou reclamações sobre o evento. Será enviado por email o certificado de participação com a carga horária do evento até o dia 13 de março. E ficará disponível após o evento. O certificado de participação para os que acompanharem a audiência a Online estará disponível através do link do canal. Neste momento, convidamos a assessora chefe da ouvidoria do TRE, Rayssa Rodrigues, para as considerações iniciais.



[Sra. Rayssa Rodrigues]: Boa noite. Destacamos que este evento foi idealizado pela ouvidoria do TRE, e tem por objetivo principal o diálogo com a sociedade sob aspectos relacionados ao processo eleitoral, todo diálogo por sua vez pressupõe falar e ouvir, para tanto pretendemos assegurar o acesso a informações públicas disponíveis, e atuar de forma preventiva em relação as eleições municipais de 2024. Para conhecer, os objetivos de desenvolvimento... de gênero. E das organizações. E das Nações Unidas. E também nos macro desafios eleitoral, e para o Conselho Nacional de Justiça. E direitos fundamentais, o fornecimento da relação interinstitucional, com a sociedade, e o enfrentamento as ilícitos eleitorais, e também na lei de acesso a informação. Além disso, foi celebrado em quatro de agosto último do ano passado dois anos de vigência da nova lei 14192, e a violência política contra a mulher e altera o código eleitoral, à lei dos partidos políticos e a lei das eleições para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente. Obrigada, e até mais. Boa noite.

[Cerimonial]: Para abertura do evento tem a palavra o presidente do TRE, desembargador Adalberto de Oliveira Melo.

[Des. Adalberto de Oliveira Melo]: Obrigado aí pelas palmas antes da hora, mas muito boas, eu cumprimento os componentes da mesa na pessoa do ouvidor do tribunal regional eleitoral de Pernambuco, desembargador eleitoral Carlos Gil Rodrigues filho. Peço licença a todas e todos para dirigir um cumprimento especial as mulheres presentes nesta Audiência Pública, e agradecer a presença de vocês. Momentos como este ajudam a fortalecer uma luta que é só das mulheres. Mas de toda a sociedade. Para refletir sobre a ampliação da participação feminina dos espaços do poder. Gostaria de aproveitar este momento para homenagear todas as professoras e educadoras, por quê? Porque é graças ao esforço, tenacidade, e sensibilidade delas, na nossa formação, que estamos aqui hoje, debatendo um tema tão importante para a sociedade. E, certamente, elas serão peças fundamentais para construirmos um ambiente mais inclusivo e acolhedor para as mulheres na vida pública. Elas, as professoras, e educadoras, merecem nossas homenagens, uma salva de palmas calorosas. À jornalista e ativista norte-americana glória Stein cunhou uma frase poderosa, que é muito apropriada para um dia como o de hoje. Disse ela, a melhor maneira de cultivar a coragem em nossas filhas, e outras jovens, é pelo exemplo, se elas virem suas mães e outras mulheres em suas vidas em frente, apesar do medo, elas saberão que é possível. A mensagem não podia ser mais direta. Mas a realidade, infelizmente, não nos favorece. Apesar de termos avançado, ainda somos muito carentes de lideranças e referências femininas, mas com tudo isso, diante do fato de não criarmos mecanismos para que estas lideranças cresçam e frutifiquem é que estamos aqui hoje para passarmos uma mensagem de otimismo e um pedido de que



vocês, mulheres, homens também, tenham coragem de enfrentar é questão. Um dos termômetros dessa carência está na baixa participação feminina na política brasileira, temos mais da metade do eleitorado formado por mulheres. Mas a participação delas nos cargos eletivos é muito pequena, as mulheres ocupam em torno de 15% das vagas no nosso parlamento, e aproximadamente 13% dos cargos executivos. A violência política de gênero e a utilização de candidaturas femininas fictícias, inscritas apenas para cumprir numericamente a cota legal de 30% de candidaturas de gênero são alguns fatores determinantes para esse índice tão baixo. Como podemos mudar essa realidade? Não há resposta fácil. Uma solução pronta. Esta Audiência Pública, sobre cota de gênero, violência política de gênero, e canais de denúncia se propõem a discutir meios que certamente nos ajudarão a enfrentar esse quadro. Sempre tendo como objetivo garantir a todas e todos, condições equânimes e participação na vida pública. Muito me honra, me orgulha, e me alegra, estar hoje aqui, como presidente, participando deste ato. E vivenciando este momento. Estou convicto de que estamos aqui buscando construir um futuro melhor, mais igualitário para todas e todos. Que Nossa senhora do livramento, padroeira de Arcoverde, aí eu pergunto a vocês, com ela estamos bem acompanhados, estamos protegidos, e estamos confiantes na coragem que ainda está em falta. Desejo que Nossa senhora do livramento, padroeira de Arcoverde, nos inspire na nossa jornada. Desejo um excelente debate e muito obrigado pela atenção das senhoras e dos senhores.

[Palmas].

[Cerimonial]: Dando continuidade tem a palavra o ouvidor regional eleitoral, doutor Carlos Gil Rodrigues filho.

[Palmas].

[Dr. Carlos Gil]: Peço licença ao desembargador Adalberto Oliveira Melo, para cumprimentar todas as pessoas na pessoa da doutora Marcela Macedo, presidente da OAB de Arcoverde, você é um orgulho de Arcoverde e da região... muito obrigado por tudo.

[Palmas].

[Dr. Carlos Gil]: Senhoras e senhores, é com satisfação que estamos reunidos para que em união de esforços tratemos de um tema tão importante para a sociedade e conseqüentemente para a Justiça Eleitoral em uma postura preventiva, adotada pelo tribunal. A violência contra a mulher dentre as inúmeras formas de se apresentar também se faz no contexto eleitoral quando se impõe condutas com o objetivo de excluir ou restringir atuações do campo político, por meio da ouvidoria o TRE já colocou a disposição canais de denúncia, para qualquer pessoa, inclusive de forma anônima, para o encaminhamento aqui ao Ministério Público, de fatos relacionados ao assunto. Nós temos até termo de cooperação firmado para isso, firmado entre o tribunal e o MP numa atuação com conjunta no enfrentamento dessa violência política muito esse tema, ele é expressamente tratado na lei das eleições, a lei 9004 em seu



artigo 10, parágrafo terceiro. Esse dispositivo não deixa dúvidas de que à finalidade da lei é assegurar um patamar mínimo de candidaturas femininas numa busca pela correção da histórica deficiências da participação das mulheres na vida política do país, de forma que a Justiça Eleitoral estará a acompanhar a formação de cada uma... qualquer indício de fraude, acompanhado, claro, de outros elementos probatórios, poderá ensejar o reconhecimento de estaturas fictícias, laranjas, então trazer datas não sinceras, fazendo existir só para constatar, fazendo com que chapas proporcionais inteiras venham a ser cassadas, mas desde que seja devidamente comprovada a fraude, mas em prejuízo inclusive de candidaturas que se fizeram de forma legítima. Porque essas também são cassadas. Os processos com fraude a cota trazem as mais variadas situações, seja na forma econômica ou estrutural, e os indício podem ser observados de muitas formas conforme exposição em painel. São mulheres, a ausência de atos de campanha em rede social ou presencial, inexistência de propaganda impressa, pedido de voto para outro candidato, parentesco com outro candidato para o mesmo cargo, ausência de recebimento de recursos públicos pelo partido, distribuição que prioriza as candidaturas masculinas em detrimento das femininas, ausência de movimentação de recursos na campanha, não prestação de contas ou prestação de contas zerada, menor ou nenhum tempo de propaganda conferido as candidatas mulheres, entre tantos outros. Mas a presença de um indício não leva a um juízo de certeza no reconhecimento de uma fraude, mas sim o conjunto de alguns deles. Não é só no âmbito do nosso tribunal que a jurisprudência vem se uniformizando. Outros tribunais regionais eleitorais, na verdade todos os outros Brasil afora, vem sedimentando seus entendimentos, além do próprio Tribunal Regional Eleitoral, o e o TSE, por mais que estejamos a formatar uma ação afirmativa de incentivo a participação das mulheres nas políticas há os casos em que as próprias mulheres compactuam com cenários fraudulentos. É importante reconhecer isso. São hipóteses em que aceitam se candidatar mesmo sem intenção de disputar uma eleição, por vezes vislumbrando um benefício econômico ou uma vantagem indireta. Quem não sabe disso? O tribunal tem trabalhado para que as... a questão é essa, inserir mulheres dentro de grupos indefesos autoriza a intervenção da Justiça eleitoral com vistas a um tratamento que as coloque em situação paritária em relação aos homens. Naturalmente prestamos muita atenção nas alegações e provas em sentido diverso para que não se decida de forma injusta. E concluo dizendo que não se busca vantagem para certo gênero. Se busca, paridade de armas, uma disputa igualitária, nada além disso. Por isso hoje estamos aqui para ouvir, para promover o tema e direcionar os partidos políticos, os candidatos, as candidatas, e atestar que a elas será conferida muita atenção pelo tribunal. Muito obrigado.

[Cerimonial]: Agradecemos as palavras do doutor Carlos Gil, convidamos doutora Marcela Freire de Macedo, presidente da subseção OAB de Arcoverde, para sua exposição oral.



>> Boa noite aos presentes, eu gostaria de cumprimentar a todos na pessoa do desembargador presidente do TRE, doutor Adalberto Oliveira, cumprimentar meu querido amigo Carlos Gil filho, que desde o primeiro momento que sugeriu essa Audiência Pública aqui em Arcoverde, fiquei muito feliz e honrada para que nós pudéssemos prestigiar, é um tema de grande relevância para toda a sociedade. Estou feliz aqui de estar com mais duas mulheres nessa mesa, não é algo muito comum, geralmente temos, vemos uma mulher, no máximo duas em mesas de debates, eu fico futuro muito feliz em estar aqui acompanhada da doutora Lizandra da doutora Virgínia, sintam-se cumprimentadas, cumprimento os estudantes na pessoa da professora Thaisa Muniz, representando Curso de Direito da AESA. Cumprimento meus amigos advogados aqui na pessoa do meu querido amigo vereador e advogado Luciano Pacheco. Fico muito feliz, honrada de estar aqui hoje participando desse tema, parabeno a ouvidoria do TRE, por trazer um tema de grande importância para todos nós, fico feliz com essa união entre as instituições que permita debater, trazer uma reflexão sobre a violência política de gênero. Debater com todos os membros da sociedade, é cada vez mais imperioso que a gente traga esse tempo a baila. A OAB, fico feliz em estar aqui representando a OAB Arcoverde, embora a atuação da ordem esteja diretamente relacionada aos advogados, mas nós temos a função de não apenas fiscalizar a atividade da advocacia mas também defender na defesa da constituição, e nos traz um importante papel social. Enquanto mulher, presidente de uma subseção, fico muito feliz e honrada de estar aqui. Nós sabemos que o mundo dos negócios na política, nos órgãos de classe, a representatividade feminina, ela é ainda muito baixa. Existe ainda uma sub representatividade, e aqui eu falo em causa própria, porque por muito tempo a OAB foi majoritariamente conduzida por homens. Eu tenho muito orgulho de ter feito parte de uma gestão majoritariamente feminina, à gestão passada, aqui na OAB Arcoverde, composto unicamente por mulheres, e algo que nos trouxe muito destaque, exatamente por essa sub representatividade que temos, tanto na política quanto nos órgãos de classe nos mais diversos setores. Eu fico feliz e honrada também, porque, infelizmente, algo que eu sempre dignos debates, conversas com amigos, é que a violência política de gênero é o grande desafio que nós temos hoje para falar sobre essa questão da representatividade feminina. Infelizmente muitas mulheres ainda não se veem, não se enxergam ainda nessa cultura machista, cultura patriarcal. Essa questão da ausência de uma representatividade na política, fruto de um ambiente hostil, que desencoraja, isso é algo que nos deixa bastante tristes. Nós precisamos cada vez mais de discutir isso no âmbito da sociedade. Parabéns ao TRE, parabéns Carlos Gil, por trazer isso, trazer aqui aos estudantes da AESA, aos advogados, a toda a sociedade, um tema de grande relevância, tenho certeza que sairão excelentes debates. Parabéns mais uma vez, e me coloco a disposição.



[Palmas].

[Cerimonial]: Agradecemos as palavras da doutora Marcela. Convidamos Waldira Ramos, coordenadora da UBM Arcoverde para a manifestação oral.

>> Boa noite para todas e todos. Quero cumprimentar a mesa em nome de doutor Adalberto, da doutora Marcela, da doutora Virgínia, cumprimento todos e todas que estão fazendo parte da mesa. Meu nome é Valdira Ramos, moradora da comunidade do bairro do São Geraldo, estou coordenadora da UBM núcleo Arcoverde, e quero dizer que nós estamos de parabéns com essa audiência para manifestar a nossa alegria em receber, Adalberto, essa audiência aqui na cidade de Arcoverde, que é de grande relevância para nós que estamos fazendo política social. Porque a UBM tem trabalhado, né, pela vida das mulheres, contra o racismo e violência de gênero. E nesse, nesse movimento a gente tem visto, nós sofremos na pele, essa violência, mas estamos em 2015, nós estivemos em Brasília na marcha das mulheres negras e ali a violência, da minha parte, que sofremos, né, porque estávamos ali em marcha, e afetou minha vista. Mas a minha visão dentro da política continua firme e forte, e nós estamos nessa luta, a UBM é uma entidade nacional, apartidária, sem lucrativos, desde 2008 estamos nessa luta pela vida das mulheres para que as mulheres possam viver dignamente, né, no campo político, e uma coisa eu tenho a dizer, que como disse doutor Evaristo Arns, ele diz assim, que nós, a nossa missão enquanto nossa fé, é denunciar as injustiças. E anunciar a justiça. É o que eu gosto de fazer na comunidade por onde ando, e aqui eu quero dizer a todas as mulheres que é uma coisa muito linda, a arte de estar na política. Por quê? Porque você ali, você está defendendo os seus direitos, você está levando conhecimento para outras mulheres, eu fico muito alegre, feliz e satisfeita em estar aqui participando desse momento histórico para nossa Cidade de Arcoverde. Vamos continuar nessa luta, firme e forte, defendendo as mulheres, aqui na cidade de Arcoverde, porque a nossa Cidade merece. Veja o trabalho feito aqui pelos políticos competentes, e a gente está aqui para aplaudir, nós estamos aqui para... para fazermos....

..

..

.

ele traz algumas condutas, assediar, constranger, humilhar, perseguir, ameaçar, candidata a cargo eletivo, ou detentora de mandato eletivo. Ou seja, o legislador procurou proteger a mulher candidata, e procurou proteger também a mulher que já está no exercício de um mandato eletivo. E essas condutas de assediar, constranger, humilhar, perseguir, ameaçar, elas podem vir a ser praticadas por qualquer meio, ou seja, de forma presencial, através de redes sociais, através da Internet. Através de cartas, ou seja, qualquer forma de comunicação, gestos também, que possam gerar uma situação de menosprezo, de discriminação, a condição de mulher ou mesmo também envolvendo questões de raça, de cor, de etnia. E essas condutas para que o



crime sejam configurados precisam ser praticadas com a finalidade específica, que seria impedir ou dificultar tanto a campanha eleitoral, como o desempenho do mandato. Quem é que poderia praticar esse crime? Qualquer pessoa. Ou seja, uma outra mulher pode vir a ser a responsável por esta conduta criminosa. Não são apenas os homens. Acredito, e já conversamos sobre isso, uma das finalidades dessas audiências públicas, é justamente o caráter preventivo, ou seja, divulgar, esclarecer para a população, e procurar evitar que esse tipo de situação, esta conduta delituosa, venha a ocorrer aqui no município de Arcoverde. Mas se vier a ocorrer obviamente que as instituições, o TRE, o Ministério Público, o Ministério Público eleitoral, estarão atentos e atuantes. Inclusive hoje temos a alegria de contar aqui com a presença do juiz eleitoral, do promotor eleitoral, o que demonstra que eles estão atentos a esse tema. É importante também destacar o seguinte, como algumas formas de prática desse delito, nós teríamos por exemplo aquelas situações em que na campanha se interrompe com muita frequência a fala da candidata, a fala da mulher. Ou se procura desqualificá-la, indicando ou expressando que ela não possui competência, não está suficientemente preparada. Outra forma que pode configurar o crime em tese seria violar a intimidade dessa mulher, divulgando fotos íntimas, dados pessoais, e-mails, ainda que sejam montagens. Também a difamação de uma forma geral, atribuindo algum fato que seja ofensivo a reputação daquela candidata, ou da detentora de mandato eletivo. Outro exemplo seria também o desvio de recursos de uma candidata para candidaturas masculinas. Também condutas que venham a impedir a participação de mulheres em comissões, em lideranças de partidos, todos esses são alguns exemplos. É importante que cada um dos senhores, das senhoras, aproveitem para replicar, para divulgar essas informações, para que a sociedade de Arcoverde esteja consciente, atenta e colaborativa, para que essas eleições transcorram dentro da normalidade, dentro da legalidade, e verificando se alguma conduta indevida, ilegal ou criminosa, nossas ouvidorias estão a disposição. Podem ser manifestações anônimas, identificadas, e podem ser manifestações identificadas em que há solicitação de sigilo da fonte. Contamos então, caso percebam irregularidades, ilegalidades, denunciem para a ouvidoria do TRE ou para a ouvidoria do Ministério Público. Muito obrigada.

[Cerimonial]: Agradecemos as palavras da doutora Lizandra, convidamos Janira Britto, vice coordenadora da OBM Arcoverde.

>> Boa noite a todos e a todas. Nós estamos aqui como representante da UBN, união nacional brasileira, de mulheres. Trabalhar em prol da mulher é um tanto difícil. Principalmente porque tudo vem da questão política. E eu peço desculpas, gostaria de saudar a mesa, na pessoa do presidente, e do nosso juiz eleitoral, que em 2024 vai ter a missão de conduzir essa eleição de uma forma, como ele sempre faz, né? Então o ano de 2024, ele nos traz além várias expectativas, a expectativa de um aumento



maior da participação das mulheres nas eleições. Nós somos maioria no eleitorado, e também na população. E as vezes, nós nos perguntamos por que é tão pequeno a nossa representatividade como mulheres nos espaços de poder? É bem difícil quando a gente olha que nós temos 52% da mulheres votantes, apenas 15% foram eleitas, e 80% ocupados por homens. Essa questão nos leva a refletir de onde vem essa pouca participação. Aí nós acreditamos que a nossa sociedade, ela é uma sociedade machista, formada em cima do patriarcado que é um bichinho danado, que a gente luta, luta, mas sempre para o patriarcado vence, o homem está sempre em lugar mais visto, e a mulher termina sempre sendo, na maioria das vezes, ou quase sempre, sofrendo assédio, sofrendo perseguição, as cotas para mulheres, elas existem há 20 anos. Mas como bem disse um dos representantes da mesa, é apenas uma forma de completar as chapas, né, porque 70% é formada por homens, 30% por mulheres, que já é uma disparidade, a diferença já começa aí. Mas nós tivemos agora uma emenda que garante esse... mas determina que mulher seja tratada da mesma forma que o homem. No que diz respeito a recurso, a momentos na mídia, e outros... com sensibilidade, daquilo que possa vir, nós estamos no fim do mês de fevereiro, bem próximo do oito de março. O oito de março é uma data que ficou marcada por uma greve de operárias, que insatisfeitas com a situação em que viviam, foram queimadas vivas, mas não houve da parte do patrão uma iniciativa, nem sequer de negociar. Então essa data ficou internacionalmente marcada como o dia da mulher. E eu gostaria de dizer a todas vocês que o dia da mulher não é um dia de comemoração, é um dia de luta. Ele deve ser marcado por lutas. E muitas vezes, eu vejo na maioria das repartições, prefeituras, órgãos, o dia da mulher sendo comemorado como bombons, flores, mas não é isso que o dia oito de março representa. O oito de março deve representar para cada uma de nós, principalmente nós que somos mulheres, que passamos por perseguições, por assédio, por diversos tipos de agressão, como um dia de luta. Um dia onde a gente deve estar na rua, deve comemorar. Em homenagem aquelas que tiveram a coragem de enfrentar uma greve, num tempo onde as coisas eram piores. Porque nós só tivemos ter direito ao voto no governo de Getúlio Vargas, e depois foi que tivemos o direito de ser votadas. Essas atitudes, esses programas criados, que vem para nos defender, para tentar a igualdade entre as mulheres, é muito importante, porque pelo menos a sociedade fica sabendo de como a mulher sofre em qualquer lugar do poder que ela esteja. Eu assumi, estive vereadora por algum tempo. E eu sei que a gente ali, quando vai para defender uma bandeira, levantar uma bandeira em prol de uma causa, como no meu caso, que sempre levantei a bandeira em defesa dos menos favorecidos, a gente ou passa em branco ou sofre permanentemente assédio, gozação, e eu nunca esqueci que houve, e eu acho que é to conhecimento de todos, um estupro coletivo aqui no Brasil. Naquele dia na câmara fiz um discurso defendendo e horrorizada com aquela questão daquele estupro. E quando eu ia saindo da câmara, um repórter da nossa Cidade, olhou para



mim, e disse: Ah, você é a mulher do estupro. E eu olhei para ele e disse, não, eu sou a mulher contra o estupro. E não a mulher do estupro. Então é preciso que a gente, principalmente nós mulheres, nos olhemos com valor, que tudo passa por nós, que nós chegamos a dar jornada dupla, mas o homem quando chega em casa, vai assistir televisão, vai descansar, e a mulher vai continuar as tarefas de casa. Então não vamos deixar de nos tratar como empregadas, coitadas, que temos que cumprir essas tarefas. E aqui eu gostaria de terminar dizendo que os percentuais, quando nós vamos para os percentuais, esses são bem altos, o feminicídio aumentou nesses dois últimos anos, a violência contra a mulher aumentou, e que cada um olhe e tente colaborar com essa causa, uma causa justa, porque a mulher é tão capaz quanto qualquer homem que esteja a seu lado. Obrigada.

[Palmas]

[Cerimonial]: Agradecemos as palavras de Janira Britto, e convidamos a secretária das políticas para as mulheres de Arcoverde...

>> Boa noite a todas e a todos. Gostaria de saudar a mesa e a plateia, em nome da companheira Waldira, pedir licença para quebrar rapidamente o protocolo, está certo? Eu tenho uma amiga, chamada Mariana Teles, ela é uma poetisa, e Mariana ela traz uma poesia que cabe nesse momento. Mariana dizia que a... imensas para romper. Falta mais voz feminina no poder e na sociedade, levantar novas bandeiras, quando o eco de todas as mulheres se juntar no nascer de uma mesma voz, nós iremos romper todos os nós em defesa da nossa liberdade. E, finalmente, o raiar da equidade vai nascer alcançando todas nós. Falar sobre a participação política da mulher é questionar uma estrutura cultural secular que coloca a mulher numa situação e espaço de silenciamento. Nunca dissermos que nós somos capazes, nunca disseram. Está aqui a companheira DJanira, quando traz a presença dela no legislativo a fala dela fica emocionada porque nós somos silenciadas. Em todas as esferas da sociedade. A gente se questiona, quais os partidos políticos que incentivam efetivamente a participação das mulheres no processo? Qual é partido político que incentiva a mulher a se submeter ao sufrágio? Nós somos criadas para o âmbito privado, quando nos dão fogão, boneca, mas criam os homens para o espaço público, para o espaço de fala, o espaço de participação. É dolorido falar que nós não temos representatividade, é dolorido trazer a realidade de um país que há 92 anos nós, com muita luta, conseguimos o direito ao voto, depois através da participação e eleição de Celina Guimarães nos submetemos ao sufrágio, hoje nós ocupamos ainda de maneira tímida, e a gente se questiona diariamente será que nós avançamos de fato? O quanto as políticas sociais estão sucateadas, pelas pautas da participação feminina dentro do processo político. Não se faz política sem mulheres. Não se faz, enquanto a mulher está na política nós estamos nos túmulos, nós somos lápides, somos sangue, silêncio.



Trazer um Audiência Pública e realizar ela dentro do município de Arcoverde é importante. Importante para nós que estamos tendo a oportunidade hoje de participar desse momento, mas é importante que esse movimento, ele saia para as periferias, porque a Maria, que não tem o cuscuz para colocar no prato dos seus filhos, ela pouco se importa com quem é eleito no mês de outubro. Porque ela troca o voto dela por 20 reais. Porque ninguém disse a essa mulher que a participação política dela muda o presente e muda o futuro filhos dela. A gente precisa avançar, avançar com UBM, com movimentos sociais, com o fortalecimento do TRE, com incentivo para que os partidos incentivam as mulheres a participar desse processo que nós sabemos que nós somos capazes, a poesia de Mariana traz uma realidade, enquanto não encontrarmos uma voz feminina que nos aqueça, nós não vamos ter espaço. Não vamos ter. Quantos projetos foram apresentados por DJanira? Mas DJanira foi limitada ao papel de a mulher do estupro. Porque ela teve coragem de falar de uma situação que ninguém teve coragem de falar antes. A gente está falando de mulheres. Mulheres no espaço de poder, mulheres em espaço de decisão, por isso que a poesia de Mariana tem que ganhar vida durante todo o ano para que no mês da eleição, esse ano a gente consiga decidir, e definir o local da mulher, não somente em Arcoverde, mas no Brasil. Na democracia, uma única mulher presidente, e ela ainda sofreu um golpe. A fala dela ainda foi questionada. Ela foi colocada no papel de louca, porque nós somos loucas, tristes ou más. Porque agente só sabe pilotar fogão. Hoje a tarde, para encerrar minha fala, no centro da cidade duas mulheres conversando com o rapaz, aí choveu, o semáforo fechou, a mulher disse assim, eita, esse ano fulana se candidata novamente. Aí a outra mulher olhou para ela e disse: Eu não voto nela. Para ouvir mulher conversando besteira? Gente... por que nós mulheres não votamos em mulheres também? Por que nós mulheres não dizemos para outras mulheres que são capazes de ocupar esse espaço? A gente precisa da representatividade masculina? Sim, precisa da representatividade dos homens, mas precisa que nossas pautas sejam discutidas no legislativo, no executivo, a gente precisa estar representada. A gente precisa fazer com que as mulheres avancem. Hoje e sempre. Muito obrigada.

[Palmas].

[Cerimonial]: Agradecemos as palavras de Michelle de Valério, convidamos nesse momento doutora Virgínia Gondim Dantas, diretora da escola eleitoral de Pernambuco.

>> Boa noite a todos e a todas. É um imenso prazer participar dessa Audiência Pública aqui em Arcoverde no sertão do, é uma alegria imensa do TRE, mas antes de qualquer coisa eu quero aqui cumprimentar o presidente, desembargador Adalberto, cumprimentar o nosso ouvidor do TRE, doutor Carlos Gil, em nome de quem saúdo todos os demais componentes dessa mesa, mas ratificando aqui as palavras de doutora Marcela é um prazer e uma alegria poder contar nessa mesa de abertura



desse evento de Audiência Pública com a presença dela, como presidente da seccional da OAB de Arcoverde, e com doutora Lizandra, porque realmente essa questão de ocupar espaços de poder e decisão, muitas vezes a gente só encontra uma única mulher numa mesa dessas ou então nenhuma, e as vezes a fala é bem reduzida. Alegria poder compartilhar esse momento com as duas aqui ao meu lado. Outra coisa que eu gostaria de registrar é que doutor Cláudio, ele estudou comigo, fizemos faculdades junto na Paraíba, e depois de 33 anos nos reencontramos hoje. O curso superior em Direito. Somos de Pernambuco. O meu início da carreira, 31 anos atrás, foi em Inajá, então Arcoverde sempre era meu caminho... trocava, e chegava em Inajá, chegava em Inajá coberta de poeira, as dez da manhã. Por que coberta de poeira? Eu não sei como está hoje em dia depois de 31 anos, mas era muita dificuldade para a gente conseguir chegar lá, porque a estrada não era verdadeiramente uma estrada, era como se fossem veredas. Eu tive que ir com um guia, senão não conseguia chegar lá. Tinha dois detalhes, se chovesse, o carro não passava. E você também não conseguia falar com telefone com ninguém, e também não tinha telefone, só tinha um posto de serviço na praça, geralmente daquela época, não sei hoje em dia, todo mundo tinha radioamador, se você conversasse no rosto, todo mundo escutava o que estava falando, não podia nem tirar dúvida no telefone. São muitas dificuldades que a a gente enfrenta para chegar onde a gente nega, e a gente consegue porque a gente tem força de vontade e vai quebrando as barreiras, não é verdade? Essa audiência aqui, voltando para o assunto que é o foco da ação, só, e é um prazer ser recebida nessa cidade, que também faz parte de Inajá, o meu início de carreira. Quer registrar que essas iniciativas, elas são muito importantes, porque o ouvidor, o que ele tem priorizado? Ele tem priorizado sobretudo a interiorização dessas ações, então hoje a sétima Audiência Pública que é realizada no estado de Pernambuco, a primeira foi no dia dez de agosto do ano passado, foi em Serra talhada. Ou seja, ele optou pelo sertão também, tivemos a primeira Audiência Pública em Serra talhada, depois palmares, Garanhúns, Petrolina, Carpina, Santa Cruz de Capiberibe, tenho muito prazer, fui juíza de lá durante cinco anos, uma cidade bem acirrada em campanha eleitoral municipal, que com certeza o doutor Cláudio aqui vai dar conta e o promotor também, é um trabalho extra para o juiz, porque eleições municipais que têm ser enfrentadas com pulso, firmeza, e sempre com imparcialidade, isso é muito importante i, é a sétima edição dessa Audiência Pública sempre primando pela interiorização. Ou seja, esse tema quer ser levado para que todos possam ser, ter um compartilhamento maior de informações, com educação, porque quanto mais nós sabemos, a população como um todo, seja candidato, candidata, pré-candidata, partido político, qualquer pessoa do povo, os assessores, então quanto mais capacitado e você tem conhecimento do assunto, melhor você vai caminhar e vai acertar. Mas além dessas informações, outro ponto de destaque, aqui é momento de escuta, queremos ouvir, saber o que é que vocês querem. O passo a população quer,



onde é que ela está tendo dificuldade? Onde precisa ser ajudada. Na verdade estou como diretora da escola judiciária do TRE, que tem como eixos de atuação educação e fomento a cidadania. E contexto é certo afirmar que a educação é a essência de desenvolvimento de um povo. Como eu disse antes, aqui podemos fazer várias indagações. O que podemos fazer para melhorar essa situação de sub representação do gênero feminino? Quais sugestões? Quais medidas poderiam requerer? O que precisam saber sobre o assunto? Em anos eleitorais, oferece cursos de capacitação não apenas para o público interno, ou seja, servidores, servidoras, magistradas, magistradas, mas também para o público externo, que seriam quem? A sociedade em geral abarcando partidos políticos. SPRe candidatos, assessores, estudantes, operadores de direito e pessoas do povo que se interessam em aprender direito eleitoral. E a divulgação dos cursos é realizada com antecedência pelas redes sociais do tribunal regional eleitoral, além de constar no site do próprio TRE, geralmente são enviados ofícios para os diretórios regionais dos partidos dando ciência desses cursos que a pessoa se encarrega de replicar para os diretórios municipais, essas aulas são via de regra Ministériooadas a partir do mês de junho de cada ano, no caso do ano eleitoral, junho de 2024, de forma presencial mas também conta com transmissão ao vivo. São cursos gratuitos, e a inscrição pode ser feita no sistema do TRE. O ideal é a disseminação do conhecimento para que as eleições possam transcorrer com tranquilidade na medida em que quanto mais se sabe a tendência é não errar, é conseguir fazer o certo. Outro ponto de destaque é o atendimento da política afirmativa da cota de gênero. Impõe-se aos partidos políticos o dever de garantir que as candidaturas femininas sejam reais e efetivas com possibilidade não só de ser financiada economicamente mas que seja viável, porque não adianta de nada lançar uma candidata e ela não ter o apoio do partido, não ter o financiamento, não ter como fazer a propaganda dela, ela tem que ter paridade de arma igualmente para poder concorrer e obter êxito no final, e ter uma envolvente ação para poder se eleger. Deste modo é controlável a análise, mesmo antes de inserir, e com viabilidade, sob pena de assumir o risco com a produção do resultado. Tem um julgamento recente do ano passado de 19 de agosto de 2023 do TSE do ministro, agora esqueci o nome do ministro, o número dele é 0600965-93, de 2020, de Timon, no Maranhão. Se houver dúvidas sobre a viabilidade de alguma candidatura lançada a concretização do princípio da igualdade nas disputas eleitorais, impõe que essa candidatura seja do mínimo legal. Ou mesmo sem reunir condições de inelegibilidade, deve fazer apenas se e quando já garantida a observância do mínimo legal com candidatura jurídico, assim se lançar só o mínimo legal, 30%, sobrevivendo questionamento a candidatura do gênero sub representado o partido deve se ainda viável a substituição nos autos, fazer as adequações necessárias a proporção mínima de candidaturas masculinas e femininas, e não fazendo a tempo e modo as candidaturas femininas juridicamente inviáveis ou com razoável dúvida sobre sua viabilidade podem ser consideradas,



podendo importar em caso de questionamento judicial, em cassação dos candidatos vinculados ao demonstrativo de irregularidade de atos partidários do partido político. Ou seja, não cai apenas as candidatas que estão sendo indicadas, mas caem todos aqueles, eleitos, homens e mulheres, é um das consequências da fraude a cota de gênero. Qual é o alerta que fica aqui. Se vai lançar candidatura partido político, tem que lançar no mínimo 30% de mulheres, é esse o mínimo, é o piso, então se for lançar, tente lançar, e é para lançar quem são viáveis, que pode ser candidatas, que tenham requisito de elegibilidade. E a outra não tinha comprovação de alfabetização. Ou seja, esse requisitos era do conhecimento dela própria, de conhecimento também do partido. E mesmo assim lançaram. Então lançou já sabendo que estava com vício na origem e corre, não atendeu o mínimo de 30%, pode ser cassado todo mundo, inclusive todos que foram eleitos. Assim para essa concretização dos vetores da igualdade da representatividade eleitoral recomenda-se que os partidos políticos lancem candidaturas do gênero feminino em patamar superior ao mínimo de 30%. Essa é a dica, com certeza esses assuntos todos serão tratados nesses cursos oferecidos gratuitamente pela escola judiciária eleitoral a partir de junho, podem ficar ligados na rede social do TRE e no site do TRE que será feita a divulgação oportunamente. Então desejo a todos hoje esse momento de escuta, que vocês venham, venham mais mulheres, venham também os homens, participar dessa audiência e digam o que vocês desejam. Muito obrigada.

[Palmas].

[Cerimonial]: Agradecemos as palavras da doutora Virgínia Gondim Dantas e convidamos o prefeito de Arcoverde José Wellington cordeiro Maciel.

>> Boa noite a todos e a todas, é com grande prazer, essa audiência que leva o nome tão forte dos desafios que tem pela frente da mulher, primeiramente é cumprimentar a mesa, através do doutor Adalberto, quem eu cumprimento todos a mesa, agradecer a Carlos Gil por trazer para Arcoverde mais essa audiência, Marcela, a quem eu cumprimento todos da mesa. Luciano Pacheco, a quem eu cumprimento todos da plateia e doutor Michel, essa palestra, essa audiência agora de uma extrema importância, nós sabemos dos desafios, do crescimento. A gente vai pelo percentual. A quantidade de mulheres que tem no poder executivo, no poder legislativo, onde há noventa anos, quando se conseguiu o direito de votar, eu acho, todos aqui, que falaram sobre isso, os desafios que tem a mulher pela frente. São muitos anos ainda eu acho que de desafios, para quebrar essa barreira, para ter maior incentivo, e as políticas públicas, incentivar e a proteção da mulher onde se possa ter uma maior quantidade de mulheres participando da vida ativa política. É de extrema importância esse momento para se ouvir, se discutir essa Audiência Pública de extrema importância, estamos começando o ano político aí, com muitos desafios, doutor Cláudio, a gente sabe, dos desafios aí, mas a importância de a mulher na política.



Tem que se incentivar, ampliar, sabemos das dificuldades de partidos, as vezes até no financeiro, a diferença que existe do lado feminino, e do lado masculino, que se usa muito, as vezes usa só para complementar os partidos, onde isso c que acabar, tem que entrar por igualdade. Então são desafios, baT luta pela frente, para se vencer, e ampliar a quantidade de mulheres na política executiva, legislativa e na vida normal, eu acho que nos desafios das mulheres são muito grandes, principalmente nas camadas sociais que a gente anda o dia a dia, e sabemos da dificuldade disso. Mas aqui é o momento de agradeço imito por Arcoverde receber a todos vocês nesse momento tão importante, de uma discussão tão importante, política, para representatividade do nosso município. Arcoverde ainda tem a vantagem, e algumas não, mas temos três mulheres prefeitas, temos Marcela aí como presidente da OAB, na câmara de vereadores também o percentual é pequeno, 30%, e isso tem que ser ampliado para cada dia as mulheres estarem presentes permanente na vida política, nas políticas públicas do município, e do Brasil, onde a gente possa trabalhar, e incentivar em todos os sentidos a valorização da mulher. Então agradecer por ser em Arcoverde essa audiência agora, as portas estão abertas, e a gente trabalhar no caminho correto, junto com a secretaria da mulher, e todos que fazem a nossa comunidade. Que têm muito, muitos bairros, mas a gente sempre, ela ter direito a participação e estar presente na vida política do nosso município. Muito obrigado, por escolher Arcoverde, abraço a todos, importante agora é ouvir e a gente discutir o que pode ser feito para melhorar cada dia mais, abraço a todos e muito obrigado.

[Palmas].

[Cerimonial]: Agradecemos as palavras de José Wellington cordeiro Maciel, prefeito de Arcoverde. E convidamos Guilherme Ribeiro Martins dos Santos, diretor do PT em Arcoverde, que vai manifestar, se manifestar com representatividade das mulheres dentro dos partidos, e como ampliar a participação dentro do cenário eleitoral municipal.

>> Primeiramente boa noite a todos. A todas. Que participam dessa audiência. Eu acho que é um momento ímpar, né, para, eu acho que para o processo político, né, da nossa Cidade, dos nossos municípios. E também já agradecer a presença de todos que estão participando aqui. Eu venho aqui para falar um pouco, eu acho que desse contexto, né, que a gente vive, sociedade, que foi bem falado pelas mulheres aqui, do patriarcado, as dificuldades das mulheres em estarem participando ativamente na política. Esse é um, eu acho que a gente não pode ver só como falta de participação, é um problema estrutural de sociedade. É um problema de patriarcado, é um problema de machismo dentro das instituições, e então a gente não pode só assim, em algumas falas, não há culpa das mulheres relacionada a sua falta de participação. Mas sim uma omissão do poder público em dar condições para que as mulheres participem cada



vez mais do processo político do nosso país, dos nossos municípios. Então eu acho que se a gente identificar isso, a gente entende mais esse processo realmente de falta de participação. Então assim, a gente tem mulheres, mães, donas de casas que querem estar no processo. Só que isso, além, como falaram, a jornada de trabalho excessiva, essas mulheres, dificulta o processo de participação. Os homens que acabam, e mais do que isso, a gente tem uma, hoje, por exemplo, a nível municipal, nós temos duas vereadoras com oito vereadores homens, a nível municipal, qual é o incentivo de propor políticas para as mulheres com uma câmara majoritariamente de 80% de homens? A gente vai para o Congresso Nacional, 15% são mulheres, qual é, qual é a facilidade, qual é, como as mulheres vão colocar as suas pautas com majoritariamente 80% de homens dentro do Congresso Nacional? Como que a gente avança nessas pautas? É isso que a gente, o problema é estrutural. Essa dificuldade de se colocar políticas realmente. Então leis que deveriam ter na verdade, hoje o Congresso Nacional deveria ser 50, já que a população brasileira representa 50% são de mulheres, o Congresso Nacional deveria ter 50% de mulheres, sendo representadas lá. Não só os 15, 20%, não há, não há, sem mudanças estruturais, a gente fica enxugando gelo, né? Que a gente fala. Também nesse processo político.

Vamos colocar que homens acabam, colocam, como a gente acabou de falar, acabou de falar que os homens dentro dos partidos políticos, também colocam as mulheres como coadjuvantes desses processos internos. Principalmente em partidos que ideologicamente não são muito formados. E essa dificuldade das candidaturas das mulheres, também deriva, né, dessa dificuldade interna que é causada também pelos homens dentro dos partidos. Eu acho que se a gente avançar. Eu hoje estou na direção do PT de Arcoverde, falando um pouco de partidos, o PT já tem na sua política interna que 50% da direção do partido são de mulheres. E 50% tem que ser mulheres candidatas. Não é 30 como a legislação eleitoral coloca, mas 50. Não há esse essa diferenciação para 30, são 350

são 50% de mulheres candidatas... e também assim, não é muito adequado a gente colocar ouvi em uma fala ou outra, uma culpa sobre as mulheres de qualquer dificuldade que aconteça dentro dos processos políticos que acontecem. As mulheres são as maiores vítimas nesse processo político. Como eu falei, todo o processo político é formado por homens. São todos processos políticos formados por homens, as mulheres são as maiores vítimas desse processo. Além de conscientizar os homens desse processo, para construção de um processo eleitoral cada vez mais igualitário, a gente tem que fazer com que realmente as a mulheres participem cada vez mais. E para dizer de forma, para Arcoverde, vamos seguir para Arcoverde, hoje a lei orgânica do município, vamos falar de representatividade, que nós temos hoje 10, são 10, oito são homens, duas mulheres, mas a lei orgânica do município de Arcoverde diz que a gente tem que ter 13 vereadores. A lei orgânica tenho 2008. Além da gente ter essa dificuldade de não ter a representatividade de mulheres, a lei



orgânica, no artigo sexto, diz que Arcoverde deveria ter 13 vereador. São 3 vereadores a menos do que a lei orgânica já diz no município. Então é esse ponto que eu acho que também tem que ser debatido, a gente eleitoral também tem que avaliar isso, eu, a gente, se a gente baixar a lei orgânica no site agora a gente vai ver no artigo sexto que é 13 vereadores e não é cumprido isso em Arcoverde, é um ponto que precisa ser avaliado. Um pouco disso, eu acho que teria muito mais temas a se falar, mas a participação das mulheres é não necessária, ela é fundamental para a diversificação, e realmente trazer a igualdade dentro do nosso processo político. Obrigado.

[Palmas].

[Cerimonial]: Agradecemos as palavras Dr. Guilherme Ribeiro, para manifestação oral, doutor André Caúla.

[Des. André Caúla]: Primeiro boa noite a todos e todas, Senhor Presidente, vou pedir licença para cumprimentar a mesa nas pessoas da doutora Virgínia, da doutora Lizandra e doutora Marcela, até porque eu, o tema de hoje fala muito sobre as mulheres. Eu não costumo muito falar, mas algumas vezes falas me tocam. Como em Santa Cruz do Capiberibe, fui tocado por algumas palavras, e hoje uma dentre tantas, que mais me tocou foi a dita pela senhora Valdira, que ela disse que na marcha das mulheres quando estava em Brasília, de alguma forma prejudicou a vista mas não prejudicou a visão. E eu acho que a visão é que tem que ser colocada nisso, ter a visão de futuro, ter a visão da participação da mulher, ter a visão de um mundo melhor. O mundo melhor com as mulheres, com o respeito as cotas, uma diminuição do machismo, isso cabe não só a nós adultos, mas isso tem que vir de berço. De dentro de casa, sabe? Eu fico vendo mulheres assim que trabalham, que são donas de casa, que deixam de estar em casa para estar proporcionando uma audiência dessa, a senhora Gabriela, a senhora Rayssa, que estão aqui na luta para fazer com que isso aconteça, com muita dedicação e muita força de vontade para que isso aconteça. Aí eu sou um cara, uma pessoa que gosta muito, desculpa a informalidade, mas eu gosto muito de situar músicas. Composições. E eu pensando aqui, rabiscando, doutora Lizandra deve ter visto que não parei de rabiscar o tempo todo, tem uma música de Belchior chamada velha roupa colorida, isso eu acho que vai muito no que a gente está falando aqui hoje. O trecho pequeno. Você não sente nem vê mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo, que uma nova mudança em breve vai acontecer. Essa mudança vem acontecendo, desde o momento em que as mulheres puderam ter o voto; e aí veio a participação, poder ser eleita, e aí veio a cota, e agora a criminalização... até nisso a mulher ajuda, tá vendo? De alguns atos na esfera eleitoral, né, e eu não acho, eu não acho não, eu tenho certeza que vocês mulheres não podem ser usadas para compor chapas, para preencher espaços, e ao fim não ser eleitas porque nunca tiveram voto, porque foram colocadas de lado, e isso cabe a vocês, e cabe aos homens ter essa consciência. E para os homens que querem usar



as mulheres, como uma forma de legitimar uma candidatura, ou uma cota por assim dizer, aí eu vou citar, eu acho que vocês mulheres têm que dizer para em quer usar vocês. Saia do meu caminho, eu prefiro andar sozinho, deixem que eu decida a minha vida. Decidam a vida de vocês, tenham coragem, trabalhem, lutem socialmente, mesmo que não com caráter político, mas façam que com novas lideranças políticas femininas apareçam, e que elas efetivamente, além de atingir a cota, salvo engano é de 30%, posso estar errado, mas que ela ultrapasse isso, e seja efetivamente ouvidas. É isso que eu espero, isso que eu acredito, obrigado a todas e a todas. Boa noite.

[Palmas].

[Cerimonial]: Agradecemos as palavras dentro doutor André Caúla, e convidamos José ferro, secretário de controle interno do município de Arcoverde, e presidente do Lyons clube de Arcoverde.

>> Boa noite a todos e a todas, quer aqui saudar o presidente do tribunal, doutor Adalberto, em nome do qual saúdo todos que compõem o tribunal, quero saudar minha amiga doutora Marcela Macedo, presidente da OAB Arcoverde, em nome do qual saúdo todos os advogados, acadêmicos, e todas as mulheres aqui presentes, e quero saudar o prefeito de Arcoverde, Wellington Maciel, em nome do qual saúdo as demais autoridades aqui presentes. Falar da alegria de recebermos hoje essa importante audiência piões em nossa Cidade. Para tratarmos de um assunto relevante. Primeiro tratar da violência de gênero. Que tem atingido as mulheres de maneira absurda, e também na política. Violência política de gênero, como foi aqui falado, doutor Carlos Gil, em várias situações. E está mais do que comprovada a sua existência. Mas falar em cota de gênero. Arcoverde é uma cidade que já viveu momentos ímpares. Quando se fala da participação feminina. Nós tivemos um composição da câmara com 50% de mulheres. Nós já tivemos aqui uma diretoria da OAB composta totalmente por mulheres. Acho, salvo engano, inédito no Brasil. Então Arcoverde é uma cidade que é politizada, nós já tivemos a nível de Lyons clube várias companheiras como presidente, com trabalhos excepcionais. Aí a gente vem para a política. Por que só lembram das mulheres no ano da eleição? A gente vê vários partidos políticos hoje no Brasil, trabalhando a formação de lideranças políticas. Hoje a gente vê no Brasil os partidos com financiamento público de campanha, com fundo partidário, por que não existe uma determinação do Tribunal Superior Eleitoral para que esses partidos passem a investir na formação de lideranças femininas? Para que a gente possa ter a participação efetiva das mulheres? A gente começa a questionar essa obrigatoriedade da cota de 30%. Claro, tanto para homem como para mulher. A gente tem que deixar claro. Mas que na maioria das vezes ela funciona para o sexo feminino. Se a gente for levar ao pé da letra, deveríamos ter no mínimo 30% de participação feminina na esfera política, está demonstrado em todos os números que...



que não funciona. Então a gente precisa de mulheres no dia a dia da política. Isso não se faz apenas com a obrigatoriedade da participação numa eleição. Eu não estou falando de candidatas que zeraram a votação, e candidatas que por ventura não fizeram campanhas, estou falando de candidatas que foram para a campanha. Mas que não tiveram a capacidade, desculpe a expressão, porque não foram preparadas para tal, de conseguir despetar por parte do eleitorado a intenção do voto. Já tivemos os componente do TRE sabem disso, várias situações de cassação de chapas inteiras, aonde foram eleitas, duas mulheres, três mulheres, um homem, e caiu a chapa inteira por candidaturas fictícias. E aí o que foi que aconteceu? Saíram da câmara duas mulheres, três mulheres, e entraram três homens. Isso acontece. Quando você vai julgar uma candidatura fictícia não interessa a composição. Interessa o fato que está sendo julgado. Então assim, deixo aqui essa pequena contribuição, já que nós estamos aqui numa Audiência Pública, claro que isso não vai ser resolvido de uma hora para outra, mas fica a sugestão para que se possa trabalhar a formação de lideranças femininas, e aí sim, tenho certeza que iremos mudar esse cenário político que hoje reina no Brasil. Obrigado.

[Palmas]

[Cerimonial]: Agradecemos as palavras de José ferro. E convidamos José bisneto, presidente da comissão de educação jurídica cá da OAB Arcoverde e professor do Curso de Direito da Facon.

>> Boa noite a todas e todas, você boa noite a todos que compõem a mesa, saúdo na pessoa da minha presidenta, Marcela Macedo, e do meu amigo Carlos Gil. Inicialmente eu gostaria de parabenizar ao TRE pela iniciativa, primeiro de interiorizar esse debate. Durante muito tempo, né? Esses momentos ficaram apenas no âmbito da capital. E aí hoje a gente recebe no interior esse momento. Depois, trazer esse momento de uma Audiência Pública, para uma instituição de ensino. Abrir as portas do tribunal e se inserir dentro da academia. Que é algo também que por muito tempo estive distante. É uma das missões da comissão que atualmente eu presido, comissão de atuação jurídica, que é aproximar as instituições de ensino, da ordem dos advogados do Brasil. E hoje vocês fazem isso com o tribunal dentro de uma instituição de ensino. Para além disso, a temática hoje aqui proposta, é uma temática necessária diante de tudo o que já foi falado, e do processo histórico que nós vivemos enquanto sociedade. Então foram falas muito necessária, ditas aqui hoje, por pessoas que vivenciaram essa violência política de gênero. E é importante que a gente garanta a participação cada vez mais de mulheres no âmbito do processo eleitoral. E isso tem sido cada vez mais construído a partir de uma atuação constante da Justiça. Mas, para além disso, é importante que a gente garanta que quando essa mulher que se



candidatou o, ela consiga exercer plenamente esse cargo. E aí nós temos a fala de uma vereadora, né? Apesar dela ter sido eleita, ela vivenciou momentos de grandes pressões, pelo fato de ser mulher. Infelizmente. E aí parece que quando é a mulher que está exercendo esse cargo de frente, ou seja, de representatividade, ela recebe uma dupla cobrança e a gente não vê quando os homens estão exercendo esse cargo. Isso é triste, porque a gente está nesse processo, é um processo lento, de garantia de participação, mas a gente tem que pensar também na manutenção dessa mulher nos cargos de poder. E infelizmente ela é muito difícil. Porque a mulher, ela sofre uma... dupla... tripla cobrança. O fato da única presidenta do Brasil, naquele período, né, se discordava da, do preço do alto preço da gasolina. E o que foi feito para manifestar essa discordância? A imagem da presidente era colocada com as pernas abertas, no lugar onde se ia abastecer os carros. Coisa que já foi questionado com vários presidentes homens, e que ninguém nunca viu eles de outra forma ou a imagem deles nesse mesmo lugar onde o tanque, né, onde estaria ali abastecendo o tanque dos automóveis. E para finalizar, para contextualizar o que hoje foi debatido, eu deixo a indicação de uma série que está na Netflix. O nome da série é intimidade. Essa série trata de uma perseguição de uma prefeita que tem, sem autorização, imagens íntimas divulgadas e o próprio partido é quem articula isso, e pressiona ela de diversas formas para que ela deixe de lado a sua candidatura, porque não mais interessava ao partido majoritariamente formado por homens. Então que a audiência de hoje sirva para todos nós repensarmos nossas condutas, e estamos em ano eleitoral, e é preciso uma posição energética, tanto de quem compõe as frentes dos partidos, como de nós, que formamos a sociedade em geral. Então eu gostaria de agradecer esse momento de fala, e parabenizar mais uma vez a iniciativa do tribunal. Muito obrigado.

[Cerimonial]: Agradecemos as palavras de José bisneto, e na sequência, fará uso da palavra o ouvidor regional eleitoral doutor Carlos Gil filho.

[Dr. Carlos Gil]: Alguns registros que eu gostaria de fazer, dizer também que todas as falas serão incluídas no relatório da audiência que será publicado no prazo do edital. Então é chegada agora a hora de agradecer, a hora mais importante. Então agradecer ao nosso presidente desembargador Adalberto Melo, presidente do TRE, que nos dá totais condições na realização do evento, agradecer a doutora Virgínia Gondim, desembargadora e diretora, agradecer doutor Dario Rodrigues, ao desembargador André Caúla, doutora Lizandra Carvalho, ouvidora do Ministério Público do Estado de Pernambuco que com entusiasmo participa de cada Audiência Pública, agradecer a doutora Marcela Macedo, presidente da OAB Arcoverde, muito obrigado por todo apoio, Marcela, muito obrigado. Agradecer ao doutor César Macedo, ex-presidente da subseção de Arcoverde, agradecer ao prefeito de Arcoverde, doutor Wellington Maciel, Vossa Excelência dignifica essa mesa, muito obrigado, Wellington, muito obrigado,



prefeito. Agradecer ao meu amigo vereador Luciano Pacheco, muito obrigado por sua presença, Luciano. Ao doutor Cláudio Pereira, magistrado que nos honra com sua presença, ao doutor Michel Campelo, promotor eleitoral, Alexandre Paes Lira, diretor da AESA que gentilmente nos concedeu esse espaço, Arlindo Almeida, representante da união brasileira das mulheres em Arcoverde, Janira Britto, vice coordenadora da UBM de Arcoverde, Bezerra, secretária da política das mulheres de Arcoverde, Jaqueline Feitosa, servidora há quase 20 anos to cartório eleitoral de Arcoverde, agradecer a Guilherme Ribeiro, diretor de partido político, José ferro, secretário municipal e diretor do Lyons de Arcoverde, ao meu amigo José bisneto, advogado e professor universitário, agradecer aos partidos políticos cujas presenças e ausências serão registradas auferidas em livro próprio, agradecer aos servidores e servidoras do TRE, hoje agradeço especialmente à Eduardo, uma figura maravilhosa, filho da terra, e que amanhã vai brilhar como sempre faz no programa eleitora e eleitor do futuro aqui em Arcoverde, agradecer as senhoras e aos senhores, eu peço, eu peço à gentileza de veicular um pequeno vídeo da Justiça eleitoral e em seguida passo a palavra ao nosso presidente. Não tem vídeo hoje? Não tem vídeo hoje? Mas nos siga nas redes sociais que nós vamos divulgar esse vídeo, eu passo a palavra ao presidente, a Internet não está ajudando, muito obrigado de coração.

[Palmas].

[Des. Adalberto de Oliveira Melo]: Declaro então encerrada a Audiência Pública sob o tema cota de gênero, violência política de gênero, e canais de denúncias. E até a próxima, porque a boa vontade de vocês permite que eu diga isso. Até a próxima.

[Palmas]